



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

ATA DA 31ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS, realizada em 07 de Novembro de 2011 - 3º Período da 15ª Legislatura. Aos sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, no edifício sede deste Poder Legislativo, realizou-se a Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salesópolis sob a presidência do Vereador Sebastião Rodrigues de Campos Júnior e secretariada pelos Edis Deise Aparecida Corrêa Duque – 1ª Secretária, e Sérgio Aparecido Feliciano de Sá – 2º Secretário. Às dezenove horas, horário regimental, o Sr. 2º Secretário procedeu a verificação da presença, constatando-se a presença unânime dos membros desta Casa. Havendo número legal, o **Sr. Presidente** declarou aberta a sessão e solicitou a Sra. 1ª Secretária que procedesse a leitura da Ata da última sessão, neste momento, o **Ver. Angelino Rodrigues** requereu a dispensa da leitura, requerimento este que, submetido ao Plenário, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu a ata à discussão e votação, sendo a mesma também aprovada por oito votos (Sr. Presidente não votou, mas, posteriormente, assinou a ata), sem preceder manifestação. Ato contínuo, solicitou a Sra. 1ª Secretária proceder a leitura das matérias do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte, com seus respectivos despachos: PROJETO DE LEI Nº 022/11 (Altera a redação dos artigos 2º, 3º e 4º, renumerando-se os demais artigos e capítulos da Lei Nº 1.356, de 26/10/2010, e dá outras providências), de autoria do Ver. Sebastião Rodrigues de Campos Jr e outros – desp.: Às Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; REQUERIMENTOS solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 140 – Informar quantos prédios o Executivo Municipal está alugando, seus respectivos valores mensais e as Secretarias vinculadas a tais prédios, do Ver. Agnaldo Bueno; 141 – Interceder junto a Secretaria Municipal de Saúde, objetivando cópia da Ata da Reunião do Conselho Municipal de Saúde, realizada no último dia 29 de Setembro; 142 – Interceder junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, objetivando informações sobre as razões da piscina do Centro Esportivo Municipal encontrar-se inativa, o custo mensal para mantê-la em condições adequadas para uso, bem como a programação de verão para uso da piscina; 143 – Informar sobre a construção do Canil, no Bairro Padre José, e data prevista para início das atividades; 144 – Interceder junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, para que encaminhe cópia das Atas das três últimas reuniões do Conselho Municipal de Esportes, todas do Ver. Vanderlon Oliveira Gomes; 145 – Informar a situação do processo relativo à instalação de três luminárias nos postes existentes na altura do Km 94 da Rodovia SP-88, próximo ao Depósito de Madeira da Cia. Suzano de Papel e Celulose, à qual a Empresa Bandeirante Energias do Brasil ficou de apresentar o devido orçamento; 146 – Informar a situação do processo relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, assunto do Requerimento Nº 005/10, ambas do Ver. Pedro da Fonseca; e 147/11 – Informar quais funcionários foram transferidos do Abrigo Provisório de Menores, nesse último trimestre, o motivo e local atual de trabalho, do Ver. Claudinei José de Oliveira – desps.: Aprovados, encaminhe-se; MOÇÃO Nº 012/11 – DE APOIO ao projeto de construção do Hospital Federal, em Suzano, no sentido de iniciar as obras, o mais breve possível, do Ver. Sebastião Rodrigues de Campos Júnior e outros – desp.: Aprovada, encaminhe-se; INDICAÇÕES solicitando ao Sr. Prefeito Municipal Nºs: 169 – Determinar estudos junto à Sabesp, objetivando sanar o problema relativo ao esgoto e águas de pia que correm a céu aberto na Travessa Adhemar da Silva, Vila Bragança, dos Vers. Sérgio Aparecido Feliciano de Sá e Angelino Rodrigues; 170 – Determinar recapeamento a Rua Frederico Ozanan, especialmente, tapar os buracos existentes nas proximidades do Nº 233, do Ver. Agnaldo Bueno; 171 – Determinar ao Setor de Obras, tapar o buraco em frente ao portão de entrada do Posto de Saúde do Distrito dos Remédios, dos Vers. Angelino



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 2

Rodrigues e Sérgio Aparecido Feliciano de Sá; 172 – Viabilizar junto à Secretaria Municipal de Saúde, a aquisição e instalação de um bebedouro à Santa Casa local, do Ver. Vanderlon Oliveira Gomes; 173 – Adotar as providências necessárias visando a adesão ao convênio de Atividade Delegada, entre o Estado e os municípios, que permite que os policiais militares trabalhem fora do turno, usando a farda e arma da PM, sob as proteções legais, do Ver. Pedro da Fonseca; e 174/11 – Adotar as medidas necessárias, objetivando padronizar o atendimento na Farmácia do Posto de Saúde local, haja vista que tanto os médicos do Posto de Saúde quanto os da Santa Casa local, são todos pagos e/ou administrados pelo Governo Municipal, do Ver. Claudinei José de Oliveira – desp.: Encaminhe-se, lida no Expediente; PARECER CFO Nº 035/11, referente ao Balancete Financeiro da Câmara Municipal de Salesópolis, relativo ao mês de Setembro/2011 – desp.: Aguarde-se a manifestação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para então emitir o parecer final e conclusivo; OFÍCIO Nº 5191/2011 da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta à Moção de Apelo Nº 07/11, para aumentar o atendimento de pacientes com câncer no Centro Oncológico de Mogi das Cruzes, informando que a solicitação foi submetida à apreciação do Centro de Planejamento e Avaliação do Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo, o qual se manifestou dizendo que o atendimento não se encontra suspenso, estando apenas o agendamento de novos pacientes sob controle direto do Núcleo de Regulação do Departamento Regional de Saúde, e que a demanda está sendo encaminhada ao Núcleo de Regulação do DRS I, bem como que o Centro Oncológico de Mogi das Cruzes não apresenta capacidade instalada e é incompatível com a Legislação vigente para qualificá-lo como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, contudo o referido Centro Oncológico está em processo de avaliação acerca da adequação no atendimento aos Pacientes da Região, pelo citado departamento – desp.: Plenário ciente, archive-se ao processo de origem; COMUNICADOS sobre a liberação de recursos financeiros: do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – no valor de R\$ 4.500,00 para o PBF, de R\$ 1.294,20 para o PBVII e de R\$ 1.500,00 para o PVMC, referentes a Agosto/2011; do Ministério da Educação – no valor de R\$ 66.437,42 referente a 9ª Quota do FNDE, competência Outubro/2011; do Ministério da Saúde – no valor de R\$ 108.303,05, para Pagamento de Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, competência Outubro/2011 – desps.: Archive-se, Plenário ciente. Terminada a leitura, o Sr. Presidente procedeu a leitura do OFÍCIO CM Nº 63/11, que encaminhou ao Sr. Prefeito Municipal, que segue transcrito: *“Salesópolis, 27 de Outubro de 2011. Senhor Prefeito, Diante da repercussão entre a população e imprensa local e regional à grave afirmação da Vereadora Deise Aparecida Corrêa Duque, na tribuna desta Casa, durante a última Sessão Ordinária (dia 24), de que teria utilizado veículos públicos municipais, para viagem particular dela e outros funcionários municipais, com o consentimento e ordem de Vossa Excelência. Vimos solicitar os devidos e necessários esclarecimentos a respeito, pois já deve ter tomado ciência de todo o ocorrido, uma vez que o assunto foi, inclusive, tratado na TV Diário, ontem a noite, e o vídeo da Sessão está postado em nosso site oficial (www.camarasalesopolis.sp.gov.br). Desde já, contando com a compreensão e o pronto atendimento deste, agradecemos e reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e respeito. Atenciosamente, Ver. Sebastião Rodrigues de Campos Júnior, Presidente”*. Em seguida, procedeu a leitura do OFÍCIO CPSPADE 001/2011, enviado ao Presidente da Câmara Municipal, que segue transcrito: *“Salesópolis, em 28 de Outubro de 2011. Assunto: Solicita Ata de Sessão Ordinária. Senhor Presidente, Tem o presente a especial finalidade de solicitar a Vossa Excelência, cópia da Ata da Sessão Ordinária realizada na última segunda-feira (24/10/2011). Esclarecemos ainda que este pedido*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 3

justifica-se na necessidade de apurarmos a possível responsabilidade de servidores municipais terem utilizado veículos públicos para fins particulares, notícia esta divulgada pela N. Edil Deise Aparecida Duque em plenário. Sendo o que nos cumpria para o momento, aproveitamos para reiterar os protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Antonio José Ferreira Júnior, Presidente da Comissão Sindicante, Portaria 3.869/2011". Concluindo, procedeu a leitura somente da NOTIFICAÇÃO enviada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que também segue transcrita: "Salesópolis, 03 de Novembro de 2011. Objeto: Apurar notícia de uso irregular de bem público. Senhor, Notifico a instauração de Inquérito Civil e solicito que encaminhe cópia do DVD da Sessão realizada no dia 24 de outubro de 2011, bem como, cópia da respectiva Ata, no prazo de 15 (quinze dias). Segue cópia da presente portaria e do texto anexo. Cátia Aparecida de Sousa Módolo, Promotora de Justiça Substituta." Ato contínuo, concedeu a palavra aos Nobres Edis inscritos. O **VER. PEDRO DA FONSECA** iniciou justificando seu Requerimento Nº 146, lembrando que, há anos, os Vereadores têm usado a tribuna, tentando amenizar os problemas enfrentados com as concessionárias de serviço público, mas, há exatamente um ano, requereu explicações ao Chefe do Executivo Municipal acerca do Convênio Reluz – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, firmado com a Bandeirante Energias do Brasil. Esclareceu que, naquela oportunidade, solicitou o programa para facilitar as relações entre a Empresa Bandeirante e o Município, além da Empresa Eletrobrás, contudo, até o momento, não tem visto resultados, motivo pelo qual, mais uma vez, vem questionar acerca do citado convênio. Em seguida, justificou seu Requerimento Nº 145, lembrando que, no local, há um orelhão bastante utilizado por usuários da via pública, especialmente, no período noturno e, muito embora a Empresa Bandeirante ficou de apresentar o devido orçamento para contemplar o local, como ainda nada foi feito, vem reforçar o pedido para garantir maior segurança naqueles arredores. Também justificou sua Indicação Nº 173, comentando que, no último dia três, houve um encontro entre o Comando Regional da Polícia Militar e os Prefeitos, Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais da Região do Alto Tietê, oportunidade em que solicitaram aumento do efetivo policial, para garantir maior segurança. Destacou que, uma das pautas, foi o Programa denominado de Atividade Delegada, visando um convênio entre o Estado e Municípios, permitindo que os policiais militares trabalhem fora do turno, usando a farda e arma da PM, sob as proteções legais. Acrescentou que isso melhorará a questão da falta de efetivo policial nas cidades da região, minimizando os problemas de falta de segurança nos bairros e na cidade. Relatou que, recentemente, ocorreu um roubo a um comerciante do Bairro do Chá e, na oportunidade, também foi solicitado maior policiamento ao Município, inclusive ao Distrito dos Remédios e nas escolas, portanto, a proposta visa estreitar os laços entre o Poder Executivo e a Polícia, viabilizando ainda a incrementação de mais programas como o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, já realizado nas escolas, em benefício dos jovens. Concluiu enfatizando que, através desta proposição, solicita ao Chefe do Poder Executivo firmar tal convênio, a fim de trazer mais segurança para este município. O **VER. CLAUDINEI JOSÉ DE OLIVEIRA** reportou-se à manifestação do orador que o antecedeu acerca da segurança, enfatizando que o programa Atividade Delegada é muito importante para o município, como também é importante o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Frente Parlamentar, sob a presidência do Deputado Estadual André do Prado, com participação dos Deputados Estaduais Dr. Gondim e Estevam Galvão, que também cobram medidas de segurança para a região. Acrescentou que o 17º Batalhão da Polícia Militar, receberá mais vinte e nove profissionais para atender a região, até que seja realizada nova formatura, no final deste ano. Ressaltou ainda que foi muito importante a manifestação do



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 4

Nobre Colega Pedro porque, recentemente, voltou a “onda de roubos neste município”, ou seja, residências e comércios estão sendo roubados ou furtados, portanto, a proposta contribuirá para o fortalecimento da polícia e, conseqüentemente, com a segurança de todos os moradores. Ato contínuo, referiu-se ao Requerimento Nº 140, onde o Nobre Par Agnaldo questiona sobre os prédios alugados pela Municipalidade, dizendo que o questionamento é muito importante porque, atualmente, o município enfrenta crise, está sem recursos “pra isso prá aquilo, deixa e atrasa situações de funcionários, como já falamos em outras sessões, mas, tem aluguéis maravilhosos, prédios sendo pintados, arrumados, para atender, no decorrer no último ano desta gestão”. Enfatizou a necessidade de parar de alugar e atender a demanda, de forma que sobre recursos para cumprir, efetivamente, o que é de direito dos funcionários e da comunidade. Lembrou que consta, em um dos itens do Plano de Governo do atual Prefeito, reduzir e acabar com os aluguéis, mas, não é isso que se vê, ao contrário, se vê prédios sendo reformados e alugados, continuando o procedimento. Em seguida, justificou seu Requerimento Nº 147, dizendo que, ao citar os funcionários do Abrigo Provisório de Menores, refere-se também aos demais departamentos cujos funcionários são transferidos para outros setores, esperando que a Administração Municipal faça um trabalho coerente e correto, sem perseguição, dispensando atenção a todos funcionários, ou gerará um descontentamento geral entre os funcionários públicos municipais. Disse que transferiram alguns funcionários do Abrigo, reduzindo seus salários, portanto, é necessário ficar atento aos fatos, evitando que somente uma parcela seja beneficiada. Quanto à sua Indicação Nº 174, esclareceu que a apresentou porque uma pessoa passa no Pronto Atendimento ou por um Médico Especialista da Santa Casa local e, com a receita em mãos, busca o remédio no Posto de Saúde, mas, além de não receber o total prescrito, ainda é orientada a agendar consulta com especialista para, somente depois, conseguir o total prescrito. Prosseguindo, o orador lembrou que para conseguir o agendamento há dificuldade, portanto, não entende porque uma pessoa, atendida na Santa Casa local, conveniada com a Prefeitura Municipal, que lhe repassa recursos, não tem o direito de pegar os remédios prescritos no Posto de Saúde. Disse entender que a pessoa não precisa passar em outro médico do Posto de Saúde para receber o remédio, por isso, finalizou o orador dizendo que com esta proposição, visa igualdade no atendimento aos pacientes oriundos da Santa Casa e Posto de Saúde. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** justificou seu Requerimento Nº 141, esclarecendo que na ata solicitada foi registrado que políticos e Vereadores estão proibidos de marcar exames. Acrescentou que o objetivo é mostrar aos eleitores a dificuldade que enfrentam ao tentar ajudá-los, reiterando o que disse em outras sessões, ou seja, se tiver políticos passando na frente de munícipes para agendar exames ou consultas, estaria correta a determinação da Secretaria Municipal, mas, quando o político vai para ajudar, não pode aceitar tal ordem e ficar calado. Então disse que aguardará tais informações para dar ciência ao povo porque, muitas vezes, não está conseguindo ajudá-lo. Em seguida, justificou oralmente, seu Requerimento Nº 142, comentando que esteve visitando a piscina do Centro Esportivo Municipal, na semana passada, lamentando a situação em que se encontra, pois, o verão está chegando, com muito calor, e os munícipes que querem usar o espaço, tinham a informação de que o local seria aberto em setembro, contudo, já é mês de novembro e o local se mantém fechado. Acrescentou que o povo paga para manter aquele espaço público, mas, não pode usufruir, motivo pelo qual questiona sobre a abertura. Referindo-se ao seu Requerimento Nº 144, esclareceu que pretende obter a ata para conhecer os fatos tratados em reunião e os membros do referido conselho, haja vista o crescente número de esportistas reclamando sobre a área. Reportando-se ao seu Requerimento Nº 143, lembrou que o assunto já foi



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 5

motivo de encaminhamento ao Ministério Público, em novembro do ano passado, diante dos cães que atacavam a população. Foi informado que a Prefeitura Municipal construiria um canil, em terreno a ser desapropriado, para sanar toda problemática, contudo, até o momento, nada de concreto chegou a esta Casa de Leis, e os munícipes continuam lhe cobrando, pois o problema persiste. Acrescentou que, aos munícipes, não importa a parte burocrática, mas, a solução do problema, por isso, cobra tais informações. Quanto à sua Indicação Nº 172, disse que o assunto já foi tratado na tribuna deste Legislativo, e que, atualmente, os usuários da Santa Casa local, para beberem água, são obrigados a sair no comércio dos arredores ou usar a do lavatório, portanto, espera que o Sr. Prefeito faça gestão junto à Santa Casa local, e adquiram um bebedouro. Na qualidade de Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e diante dos fatos ocorridos, o orador solicitou ao Sr. Presidente o afastamento da Nobre Colega Deise Ap^a Corrêa Duque, do cargo de Corregedora Parlamentar dessa Comissão, visto que é atribuição do Presidente do Legislativo nomear e afastar um Vereador do cargo. Diante das notícias veiculadas na imprensa e dos documentos lidos nesta sessão, encaminhados pela Promotoria Pública e pelo Sr. Antonio José Ferreira Jr, Presidente da Comissão Sindicante da Prefeitura, e ainda o Ofício deste Legislativo enviado ao Sr. Prefeito Municipal, o orador solicitou ao Sr. Presidente dar ciência ao Plenário e demais presentes, acerca das providências que serão adotadas, de acordo com a legislação pertinente, deixando as coisas claras. Por fim, dirigiu-se ao Sr. Presidente, reiterando que, sendo da sua competência, na medida do possível, se manifestasse com relação a esse caso. O **SR. PRESIDENTE**, respondendo ao último orador, comunicou que, durante a semana, juntamente com os demais Pares desta Casa, seriam tomados os devidos encaminhamentos. Neste momento, **a munícipe Suely Ap. Barreta Roland** questiona se a Vereadora Deise não seria cassada. Diante de tal manifestação, o **SR. PRESIDENTE** advertiu os assistentes não tinham o direito de manifestarem-se durante a sessão e, na sequência, **o munícipe Nilton Roland** enfatizou que, o que a munícipe disse é o que o povo, que lotava o plenário, veio exigir na sessão. Novamente, o **SR. PRESIDENTE** tentou esclarecer que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, não havia possibilidade de manifestação, mas, à revelia, **o Sr. Nilton Roland** enfatizou que esta Casa era do povo e não dos Vereadores e, na sequência, **a Sra. Suely Ap. Barreta Roland** disse que o povo foi humilhado todo este tempo. Sem deixar o Sr. Presidente prosseguir com o esclarecimento, **o munícipe Nilton Roland** tentou interromper, contudo, o **SR. PRESIDENTE** reiterou que, diante da solicitação, se reunirá com os Vereadores. Mais uma vez, o Sr. Presidente foi interrompido pelos manifestantes e, enfaticamente, disse que pretendia conduzir a sessão da melhor maneira possível e, sendo interrompido pelos mesmos dois manifestantes, lhes dirigiu a palavra dizendo que apenas os dois estavam se manifestando, quando **o Sr. Nilton Roland** disse “sim, porque nós não temos o rabo preso com ninguém”. O **SR. PRESIDENTE** respondeu “nem nós, nós estamos fazendo o encaminhamento regimental”. Houve nova manifestação dos **mesmos munícipes** que se intercalavam, dizendo: “então manda prender nós dois, já não tem o que apurar mais, ela confessou, ela devolveu até dinheiro para a Prefeitura, quero saber como a Prefeitura vai dar entrada nesse dinheiro lá, é tão vergonhoso, que eu quero ver”. O **SR. PRESIDENTE** requereu a força policial, quando houve manifestação geral dos assistentes, e reiterou que gostaria de conduzir a sessão, conforme manda o Regimento Interno desta Casa de Leis, sendo novamente interrompido. Reiterou que obedeceria ao Regimento Interno, enfatizando que, durante a semana, se reuniria com os demais Vereadores, para tomar os devidos encaminhamentos, portanto, pretendia conduzir o restante da sessão. Ato



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 6

contínuo, agradeceu os Nobres Pares que assinaram a Moção Nº 012, pleiteando a construção de um Hospital Federal em Suzano, para atender toda Região do Alto Tietê. Não havendo mais oradores inscritos, nem matéria a ser tratada na presente Ordem do Dia, comunicou que está prevista para a Ordem do Dia da próxima sessão, única discussão e votação dos PROJETOS DE LEI Nºs 020 (Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salesópolis para o exercício de 2012); e 021/11 (Revoga a Lei Nº 1595, de 04/02/2010 que “Institui o Feriado Municipal do Dia da Consciência Negra” e dá outras providências), ambos de autoria do Poder Executivo e, em seguida, passou para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, concedendo a palavra aos Edis inscritos. O **VER. PEDRO DA FONSECA** comentou que, há um mês, apresentou o Requerimento Nº 128, questionando o Sr. Prefeito Municipal acerca do Decreto Nº 56.503/10, através do qual, cabe ao Estado, juntamente com a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, beneficiar esta cidade, área de proteção dos mananciais. Enfatizou que um dos itens do citado decreto dispõe que o Comitê de Bacias deve destinar, pelo período de dez anos, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de investimento, oriundos da cobrança de conservação, proteção e recuperação das áreas de mananciais que atendam a sua área de atuação, portanto, Salesópolis, por sua condição de cabeceira do Alto Tietê e protetora dos mananciais, faz jus a esse recurso, motivando tal questionamento ao Sr. Prefeito Municipal. Disse que, em resposta à citada proposição, foi informado que Salesópolis já é contemplada, através do FEHIDRO, por macro-drenagem, com um valor de, aproximadamente, trezentos e quarenta e cinco mil reais, além dos cento e quarenta e cinco mil reais que serão liberados pelos resíduos sólidos, cuja documentação está sendo assinada pelo município. Por fim, disse que o Prefeito Municipal está cobrando do Estado os recursos que são bem vindos para esta cidade, que sofre a falta de recursos por não poder implantar fábricas, dependendo dos poucos recursos do Estado, portanto, finalizou que tais recursos vêm favorecer o município. O **VER. VANDERLON OLIVEIRA GOMES** disse que, mais uma vez, usava a tribuna, para protestar contra a atual gestão que, impossivelmente, não percebe que a interdição da Rua XV de Novembro vem trazendo caos a cidade, todo mês, quando da realização da Feira de Quinta de Mês. Acrescentou que a falta de organização causa transtorno ao trânsito, pois, fechando várias ruas, prejudica a qualidade do atendimento e, na condição de estância turística, não deve esquecer o bom atendimento ao povo e deve aprimorá-lo. Disse que houve engavetamento e que recebeu várias reclamações de motoristas, sendo um deles, de uma transportadora que já ameaçou, no próximo mês, parar um veículo de grande porte até que venham retirá-lo, pois, neste mês, houve colisão de veículos, sobrando despesas aos motoristas. Questionou se ninguém percebe o caso, se é má vontade ou querem que as coisas permaneçam como está. Comentou que, por várias vezes, já utilizou a tribuna, para comentar sobre a quantidade dos buracos e paralisação das obras nas proximidades do Supermercado Okamura e, embora haja determinação legal, esta Casa de Leis não foi comunicada sobre a paralisação, gerando críticas à atual Administração e aos Vereadores, que não aguentam mais situações como esta, e não sabem até quando terão que suportá-las. Dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse da dificuldade do Setor Municipal de Fiscalização para trabalhar, pois, quando não falta combustível, falta veículo. Disse que alguns munícipes cobram a presença dos fiscais, mas, são informados sobre a indisponibilidade de carro e, embora todos saibam que o setor dispõe de um carro, não sabe porquê então não está disponível. Concluiu dizendo que requererá informações ao Sr. Prefeito Municipal acerca deste caso, pois, todos os funcionários do setor enfrentam dificuldades e são alvos de crítica da sociedade, portanto, continuará falando o que tiver que falar. Enfatizou que sua



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS

Rua Alferes José Luiz de Carvalho, 380 - Centro - Salesópolis/SP

CEP: 08970-000 - Tel\Fax: (011) 4696-1333/1716/1731

Site www.camarasalesopolis.sp.gov.br Email: cmsalesopolis@uol.com.br

continuação da Ata da 31ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de Novembro de 2011

FL. 7

obrigação é essa, para isso foi eleito e, embora sabendo que chateará alguns, lamentou, acrescentando ainda que não tem como agradar a todos, mas, cumprirá sua obrigação. Lembrou que, há muito, vem falando sobre o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos Municipais e disse que repetiria, aproveitando a grande participação popular na presente sessão. Disse que, no dia vinte e sete de abril de 2009, o Prefeito Adilson esteve neste Legislativo e, em resposta ao seu questionamento acerca do citado Plano, ele respondeu que não enviaria um enlatado para avaliação, mas, elaboraria “o plano”, contudo, até o momento, nada foi apresentado. Ainda dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse que, na última sessão, solicitou ao Presidente interino, Ver. Paulo Arouca Sobreira, uma reunião com os membros da comissão, nomeada pelo Sr. Prefeito Municipal, para elaboração do Plano de Carreira, portanto, espera sejam tomadas as medidas cabíveis para realização da solicitada reunião, para dar resposta aos que lhe procuram. Disse que pretende saber os estudos que vêm sendo realizados para apresentar aos interessados e, caso contrário, o orador reiterou que visitará as Secretarias Municipais para expor o plano que dispõe, fazer as adequações necessárias e apresentá-lo, em forma de Anteprojeto de Lei, ao Poder Executivo, a quem caberá transformá-lo em Projeto de Lei e encaminhá-lo a esta Casa, resolvendo, definitivamente, a questão do funcionalismo. Concluiu dizendo que é muito triste, àqueles funcionários que esperam uma promoção, durante vinte ou vinte e cinco anos, e quando surge uma oportunidade, são beneficiados os apadrinhados, e isso não pode permitir que ocorra. Por fim, disse que os Vereadores devem defender o interesse dos pagadores de impostos e daqueles que contribuem para que o município ande, portanto, não podem se calar diante de certas situações. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

Sala Ver. Antonio Paulino de Miranda Júnior, em 07 de Novembro de 2011.

PRESIDENTE :

1ª SECRETÁRIA :

2º SECRETÁRIO :

A Ata supra foi lida e _____ em Sessão Ordinária, realizada em 21 de Novembro de 2011.